

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 543.729 - PR (2019/0331866-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : EDMAR JOSE CHAGAS
ADVOGADO : EDMAR JOSÉ CHAGAS - PR033356
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : IGOR MATHEUS FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **IGOR MATHEUS FERREIRA** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que deu provimento ao recurso ministerial para decretar a prisão cautelar do paciente pela prática, em tese, do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O julgado está assim ementado:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - TRÁFICO DE DROGAS - CONCESSÃO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - PEDIDO DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA SOB O FUNDAMENTO DE QUE ESTÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA TANTO - PROCEDÊNCIA - PROVA DA EXISTÊNCIA DA MATERIALIDADE DO DELITO E DE INDÍCIOS DE AUTORIA - DOCUMENTOS QUE INSTRUEM OS AUTOS DE ORIGEM A INDICAR A NECESSIDADE DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRIDO PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA EM RAZÃO DA ELEVADA QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS E DE INDICATIVOS DE HABITUALIDADE DA PRÁTICA DELITUOSA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO INDICIADO QUE NÃO SÃO SUFICIENTES, POR SI SÓS, PARA GARANTIR A LIBERDADE PROVISÓRIA. RECURSO PROVIDO."

Neste *writ*, alega a defesa que não há fundamento concreto para a prisão cautelar.

Destaca que, conforme reconhecido pelo juízo de primeiro grau, a liberdade do paciente não representa risco social algum, uma vez que este feito trata-se de um ato isolado em sua vida.

Ressalta que o paciente é primário, de bons antecedentes, e está arrependido de seus atos, tanto que compareceu ao cartório criminal de Rolândia para cumprir a ordem de prisão.

Requer, assim, o restabelecimento da decisão de primeiro grau que substituiu a prisão preventiva por medidas alternativas.

O pedido de liminar foi indeferido.

Superior Tribunal de Justiça

O MPF manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de manifesto constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

O Tribunal de origem, ao prover o recurso ministerial, decretou a prisão cautelar do paciente pelos seguintes fundamentos:

"Análise do processo revela que há prova da existência da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria dos fatos pelo ora recorrido.

Porém, além disso, como bem destacou o d. Promotor de Justiça da Comarca de origem, "O Recorrido foi apreendida (sic) com EXPRESSIVA quantidade da droga popularmente conhecida como maconha (obtida a partir do vegetal Cannabis saliva L.). o que demonstra ser ele elemento demasiadamente envolvida no obscuro mundo do tráfico de drogas" (os grifos são do original)".

A apreensão de elevada quantidade de substância entorpecente (56,095 quilogramas de maconha, distribuídos em 97 tabletes), localizada nas malas pertencentes aos acusados Igor e Lucas)" e de alta quantidade de dinheiro em notas de diversos valores (no total de R\$1.550,00) em poder do recorrido, indicam a habitualidade na prática de crimes e a reiteração da traficância.

Isso demonstra a gravidade concreta dos fatos e revela-se suficiente para autorizar a decretação da prisão preventiva como forma de garantia da ordem pública (evitar a reiteração criminoso).

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS CRIME. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS AUTORIZADORES DO ARTIGO 312 DO CPP. DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DA PRISÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. IRRELEVÂNCIA DE EVENTUAIS CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. NATUREZA DE PRISÃO CAUTELAR. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. O habeas corpus é procedimento célere e simplificado, sendo inadmissível a discussão de matéria que demanda a aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo. 2. Prisão preventiva decretada com base em seus pressupostos legais, consistentes na prova da materialidade e nos indícios suficientes de autoria da prática do delito. 3. Presente fundamentação idônea e demonstrada a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, a partir da concreta periculosidade do acusado, resta ausente o alegado constrangimento ilegal. 4. As condições subjetivas favoráveis,

tais como emprego lícito, residência fixa e família constituída, não obstam a segregação cautelar. 5. É indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando esta encontra-se justificada na gravidade concreta do delito e na periculosidade do acusado, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 6. Há incompatibilidade lógica entre as medidas cautelares e a prisão preventiva quando já demonstrados os requisitos necessários para a segregação cautelar, pois resta claro, se o paciente não faz jus à liberdade, que todas as medidas cautelares, que têm a liberdade como pressuposto lógico necessário, de modo algum seriam aplicáveis no caso em julgamento. 7. A prisão cautelar deve estar obrigatoriamente comprometida com a instrumentalização do processo criminal e não configura o cumprimento antecipado de pena, na medida em que não se faz juízo de culpabilidade para sua decretação, mas sim de periculosidade. 8. Ausente qualquer coação ilegal, a ordem de habeas corpus deve ser conhecida e integralmente denegada." (TJPR, 4ª CCr, HC 0028803-45.2018.8.16.0000, Rei. Des. Celso Jair Mainardi, DJPR 10/08/2018)

As condições pessoais favoráveis (ser réu primário, ter bons antecedentes e possuir residência fixa) não são suficientes, por si sós, a garantir a liberdade provisória.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS CRIME. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INDÍCIOS FORTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. ANÁLISE APROFUNDADA DE AUTORIA QUE NÃO CABE EM EXAME DE HABEAS CORPUS. PRESENÇA DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS QUE POR SI SÓ NÃO ENSEJAM A LIBERDADE PROVISÓRIA. HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO." (TJPR, 4ª CCr, HC 0018140-37.2018.8.16.0000, Rel. Juiz Antônio Carlos Ribeiro Martins, DJPR 12/06/20018) Ademais, análise do processo de origem indica que o recorrido foi "contratado" por um terceiro não identificado para levar "malas com eletrônicos" para o Estado de São Paulo e que por esse serviço receberia a quantia de R\$ 4.000,00. (cf termo de interrogatório de mov. 1.12 - autos nº 0006303-89.2019.8.16.0148).

Assim, como bem ressaltou a d. Procuradora de Justiça Dra. Carla Moretto Maccarini em seu parecer tudo leva a crer que a hipótese em apreço se enquadra na figura conhecida como "mula ou seja, como o agente ocasional que realiza o transporte de estupefacientes mediante paga, eis que contratado para este fim". Contudo, a condição de "mula", por si só, não é capaz de afastar a prisão preventiva.

[...]

Assim, porque estão preenchidos os requisitos necessários para a decretação da prisão preventiva do acusado, o recurso merece ser provido.

Do exposto, voto por dar provimento ao recurso para o fim de reformar a decisão ora impugnada e decretar a prisão preventiva do recorrido Igor Matheus Ferreira."

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva

Superior Tribunal de Justiça

poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, o decreto preventivo está suficientemente motivado na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois o paciente foi surpreendido, juntamente com outro corréu, na posse de 56,095 quilogramas de maconha (distribuídos em 97 tabletes), e de R\$ 1.550,00, em notas de diversos valores.

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com o agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

"[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a

Superior Tribunal de Justiça

prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favorável ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Convém anotar, ainda, que "a tese defensiva de ser o paciente mera 'mula' não é capaz de desconstituir a prisão preventiva. Primeiro, a afirmação torna certa a existência de indícios de autoria. Segundo, trata-se de atividade altamente nociva, ligada diretamente, no caso, a organização criminosa" (AgInt no HC n. 445.656/RN, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 26/2/2019, DJe 12/3/2019). (RHC 115.022/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 30/08/2019).

Sob tal contexto, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente (RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator